

DA REVOLUÇÃO RESTAURADORA À BATALHA FINAL

Por Adriano Miranda Lima

1.^a Parte

INTRODUÇÃO

É meu propósito apresentar breves notas sobre a Restauração, revisitando, em curtas sínteses, a historiografia dos acontecimentos mais relevantes, nacionais e internacionais, que contextualizam este período da História de Portugal, desde a revolução restauradora de 1 de Dezembro de 1640 à decisiva batalha de Montes Claros.

Não existe convergência entre alguns autores sobre certas particularidades desta batalha, nomeadamente no que respeita às zonas precisas do terreno onde se posicionaram as forças em confronto. Porém, a minha narrativa baseia-se nas fontes nacionais que me pareceram as mais credíveis, proporcionadas por historiadores militares e civis, mas também por testemunhos coevos e pesquisas realizadas em tempos mais recentes.

A vitória portuguesa nesta batalha foi o canto do cisne das aspirações de Castela ao trono de Portugal, encerrando praticamente uma guerra longa, devastadora e consumidora de recursos e vidas humanas, razão por que, se é óbvio o seu interesse particular como evento militar, relevantíssima é a sua importância histórica pelas consequências políticas geradas.

Refira-se que, na historiografia militar, a batalha de Montes Claros assinala pela primeira vez em Portugal o uso combinado dos diferentes componentes da força militar – infantaria, cavalaria e artilharia – com um êxito tal que só não foi objecto de maior atenção por parte de estudiosos estrangeiros porque a batalha não aconteceu no centro nevrálgico da Europa.

Nos dias de hoje, quando muitas vezes nos parece falecer o ânimo e a pujança cívica para agregar esforços e encarar com firmeza o futuro, sobram-nos razões para visitar os campos de batalha de outrora, mormente o de Montes Claros, lá onde, naquele dia 17 de Junho de 1665, uma força militar portuguesa de cerca de vinte mil homens derrotou um inimigo de efectivo superior e militarmente experimentado, encerrando o doloroso capítulo de vinte e oito anos de um conflito que dilacerou o país e enlutou a maior parte das famílias.

Importa eleger como lugares de culto campos de batalha como o de Montes Claros, para que o heroísmo dos que neles tomaram jamais se apague na nossa memória e nos nossos corações, e assim nos inspire nas encruzilhadas mais difíceis da vida nacional. Sejamos dignos de homens como o capitão de cavalaria Francisco Albuquerque de Castro, que se recusou a deixar de combater mesmo debilitado com inúmeros ferimentos. Ao sacrifício dos heróis de Montes Claros devemos esta simples circunstância de sermos hoje uma nação independente.

SITUAÇÃO INTERNACIONAL NO SÉCULO XVII

Em 1640, quando Portugal restaura a sua independência, a Europa era já o centro estratégico do mundo, por obra e graça dos descobrimentos marítimos iniciados na era quinhentista, permitindo a concentração sucessiva no velho continente não só das mais importantes riquezas como das rédeas do controlo do comércio mundial. E é no mesmo século que eclode a Guerra dos Trinta Anos, conflito desencadeado por uma questão de liberdade religiosa, opondo católicos e protestantes, que se estende de 1618 a 1648 e provoca o desmantelamento do Sacro Império Romano do Ocidente. Mas, agregando desde logo a disputa de interesses territoriais, comerciais e outros, o conflito envolve os estados-nação que então se consolidavam e viriam a ser reconhecidos internacionalmente pelo tratado de Vestefália, em 1648, que pôs fim às hostilidades. A guerra evoluiu com outras implicações, ao disputar-se aos Habsburgos de Espanha a preponderância no Continente, com a França no primeiro plano da contenda e a Inglaterra a liderar o antagonismo. Contra a Espanha, formara-se uma grande coligação de Estados que puseram em segundo plano as suas próprias divergências para, unidos, lhe disputarem o poder, numa guerra que se transferiu também para as possessões ultramarinas, por acção da Holanda e da Inglaterra.

O poder económico da Espanha decaiu em consequência das alterações da conjuntura política europeia e do comércio mundial, principalmente quando começaram a escassear os principais produtos que lhe tinham garantido a sua grande prosperidade económica do século XVI e inícios do século XVII. No entanto, com a absorção do império português desde 1580, passara a deter outros bens susceptíveis de manter o seu potencial económico, nomeadamente o açúcar e os escravos. Mas as doutrinas económicas mercantilistas então em ascensão viriam a promover a riqueza dos seus inimigos continentais (como a França) e o apogeu do comércio da Holanda e da Inglaterra.

Em suma, a França é a grande nação vitoriosa: anexa a Alsácia e consolida o caminho para sua expansão. A Inglaterra aumenta o seu poder marítimo. Por sua vez, a Espanha continuaria a luta contra a França até que, derrotada pela aliança franco-inglesa, aceita a Paz dos Pirenéus, em 1659, o que confirma o declínio da sua supremacia.

No contexto internacional em que se debatia e lutava para conservar a sua hegemonia, a Espanha viu-se alvo de acções de estratégia indirecta por parte das nações coligadas que se lhe opunham, como o fomento de rebeliões na própria Península Ibérica, visando a Catalunha e a Andaluzia, e mesmo Portugal.

E com estas pinceladas simples se traça a evolução do cenário em que Portugal restaura a sua independência.

PERDA E RECUPERAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

A morte do rei cardeal D. Henrique tinha deixado aberto o problema da sucessão ao trono de Portugal, dividindo os portugueses entre duas grandes facções, a dos que defendiam a autonomia e a dos que desejavam a união com Castela, o que desde logo nos diz que não havia uma unidade nacional sobre o destino político do país.

Na complicada questão sucessória perfilavam-se os seguintes possíveis candidatos:

- D. António Prior do Crato, neto de D. Manuel I, por ser filho do infante D. Luís;
- D. Catarina de Bragança, neta de D. Manuel I, por ser filha do infante D. Duarte;
- Filipe II de Castela, neto de D. Manuel I, por ser filho da infanta Isabel, mulher de Carlos V.

Apesar das pretensões de D. António Prior do Crato, apoiado por alguns elementos da nobreza e, sobretudo, pelas camadas populares, os sectores mais altos da nobreza e sobretudo do clero colocaram-se ao lado de Felipe II, de Espanha, que reclamou o seu direito ao trono, visualizando uma imperdível oportunidade histórica para a sempre ansiada união ibérica, o que também lhe conferiria um importante ganho estratégico com a junção dos dois impérios ultramarinos, trunfo magistral para o reforço da sua preponderância na Europa e no mundo.

A situação era momentaneamente favorável aos desígnios de Filipe II, porque o desastre de Alcácer Quibir deixara a nação portuguesa exangue e desmoralizada, tornando-a presa fácil face ao prestígio e à capacidade económica do país aglutinador, onde a próspera burguesia portuguesa passaria a aceder aos meios de pagamento (prata) então aí abundantes.

E é assim que se segue um período de acalmia e prosperidade nos primeiros anos da monarquia dual. Com o triunfo obtido pelo monarca espanhol, em parte pelo direito sucessório e em parte pelo poder coercivo das armas e por uma passiva e comprometida atitude de certa nobreza portuguesa, Portugal passou a fazer parte da monarquia hispânica, perdendo a sua independência

Mas, por volta do primeiro quartel de seiscentos, os sectores influentes da nação sentem que o seu interesse deixou de passar pela manutenção desta situação. Com efeito, a prata viria mais tarde a escassear em Sevilha, com os portugueses a aperceberem-se de que passaram a ficar limitados ao açúcar e ao comércio de escravos. É notório o descontentamento daqueles que começaram a sentir a perda das vantagens iniciais, tanto mais que doravante é cada vez mais perceptível o desrespeito dos sucessores de Filipe II (Filipe I de Portugal) pelas promessas que este monarca tinha feito, e cumprido, nas cortes de Tomar (1581). Estava delineado o quadro social e político proporcional do desejo de mudança.



Filipe I de Portugal e II de Espanha

Mas nada acontece por acaso. As guerras travadas pela Espanha contra os países que contra ela se coligaram suscitaram medidas centralizadoras aos primeiros-ministros de Filipe III e Filipe IV, respectivamente o duque de Lerma e o conde-duque de Olivares, penalizando os portugueses, sobretudo com as políticas fiscais. O sinal mais marcante de que a Espanha passara a meter tudo no mesmo saco foi a mobilização dos nobres portugueses para combater na Flandres e, posteriormente, na Catalunha. Acumularam-se as razões de descontentamento nacional.

A oposição em Portugal foi sucessivamente ganhando forma, radicada em certa nobreza, letrados, baixo clero e povo, ainda que não reunindo unanimidade no pensamento e na acção conducentes aos objectivos. De facto, mesmo no seio dos inconformados com o domínio filipino, mantiveram-se interesses remanescentes e sensibilidades ainda apegadas à coroa espanhola, podendo dizer-se que só o povo, por nada ter a perder senão a vida, garantia a mesma adesão total e incondicional à causa nacional que demonstrara na crise dinástica de 1383-1385. Amadurecida a decisão para a conjura, nada impediu a sua eclosão, mesmo quando à última hora os mais reflectidos recomendaram mais tempo de ponderação.

De facto, os dados já estavam lançados e era irreversível o seu curso sobre o tabuleiro dos acontecimentos, pois grande era a determinação e a perseverança de António de Mascarenhas, Antão de Almada, Miguel de Almeida, Pêro de Mendonça, Francisco de Melo, João Pinto Ribeiro e outros patriotas. Assim, em 1 de Dezembro de 1640, esses filhos ilustres da nação, num total de cerca de quarenta conjurados, apoiados pelo povo humilde, desembarcaram das suas carruagens e aguardaram que no relógio da Sé soassem as nove horas. Ao sinal acústico, irromperam pelo paço, prenderam a duquesa de Mântua e mataram o seu secretário, Miguel de Vasconcelos. Acto contínuo, aclamaram o duque de Bragança, D. João IV, rei de Portugal. Iria terminar o domínio espanhol e mudar-se o panorama político da Europa. Para Rafael Valladares, historiador espanhol especialista nesta época, o reaparecimento de Portugal como país independente foi um dos acontecimentos mais marcantes da história da Europa no século XVII.¹



Revolução de 1 de Dezembro de 1640

¹ VALLADARES, Rafael, *A Independência de Portugal*, edição em português

Alguns autores consideram que o duque de Bragança ponderou e hesitou excessivamente antes de aceitar encabeçar a conjura, tendo até levado a que o movimento a certa altura pensasse em oferecer a coroa ao seu irmão, então residente em França. Admitiu-se mesmo, como última hipótese, a adopção da instituição republicana, à semelhança do que já existia em Itália. Mas outros absolvem D. João de qualquer atitude timorata, argumentado que a hora era grave e o desafio era por demais complexo para justificar uma atitude precipitada. Estava em risco não só o seu destino pessoal e o da sua família como o futuro do país, sobre o qual, em caso de insucesso, poderiam recair pesadas represálias que agravariam ainda mais a situação nacional. Além do mais, parece incontroverso que o rei se portou, em toda a sua trajectória posterior, à altura das suas responsabilidades e da confiança que os conjurados nele depositaram, identificando-se, em pleno e em todas as circunstâncias, com os ideais superiores da pátria.



Aclamação de D. João IV

O ESTADO DO REINO À DATA DA ACLAMAÇÃO DE D. JOÃO

A situação do país era deveras preocupante, razão que poderá de algum modo explicar o tempo de que D. João IV terá necessitado para amadurecer a sua decisão. Com efeito, passado o arrebatamento emocional de um golpe palaciano conseguido com relativa facilidade, cedo a poeira assentou e deu-se conta do estado do retrocesso em que o país tinha caído. Urgia superar dificuldades de ordem política, económica, financeira e militar, para consolidar o triunfo alcançado e empreender a reorganização que permitiria regressar à estabilidade de uma pátria consolidada.

O território metropolitano tinha-se tornado praticamente improdutivo. A agricultura, a tradicional riqueza, limitava-se ao arroteamento de insignificantes courelas em torno das vilas e povoações, enquanto a maior parte do país estava coberto de matagal bravo. Por outro lado, poucas indústrias importantes floresciam. O tesouro achava-se depauperado. Segundo o censo de 1639, a população baixara a menos de 1.200.000 habitantes, dos quais apenas 200.000 poderiam teoricamente pegar em armas. A emigração para o Brasil despovoava comarcas inteiras. O antigo império ultramarino ficara a mercê da cobiça dos inimigos da Espanha, nomeadamente a Inglaterra e a Holanda, invejosas do poderio espanhol e da riqueza das possessões portuguesas, o que originou a perda de importantes parcelas e dos respectivos proventos económicos.

No âmbito da defesa, a situação não era menos caótica. O país estava desprovido de armas e cavalos, a marinha de guerra arruinada, as fortalezas da fronteira desmanteladas, e a própria organização das Ordenanças praticamente abolida, sem forças militares na verdadeira acepção da palavra, já que o Regimento da Nova Milícia, criado por D. Sebastião em 1570, fora votado ao completo esquecimento sob o regime dos Filipes. Deste modo, as forças militares para as necessidades do imediato só podiam contar com soldados improvisados, sem instrução e sem comandos à altura, por não abundarem os oficiais aptos, experientes e refinados na nova arte de guerra que se desenvolvera ao longo da Guerra dos Trinta Anos.

Para complicar mais a acção do novo monarca, as tensões internas não estavam apaziguadas, não obstante o sucesso inicial da revolução e a dinâmica moralizadora que seria suposto resultar de uma pátria reconquistada. Embora a aclamação de D. João IV e o advento da dinastia de Bragança não resultassem de uma mera casualidade histórica, mas sim da assumida consciência colectiva de um povo, havia, no entanto, fracturas internas provocadas por sectores do clero e da fidalguia que punham os seus privilégios acima do interesse pátrio. Aparentemente submissos, mas no íntimo afectos à Espanha, muitos consideravam D. João IV um monarca usurpador, provisório, e apenas aguardavam a oportunidade para facilitar à Filipe IV a reconquista de Portugal. Até porque, como bem pressentiam, a Espanha não iria desistir dos seus intentos de recuperar a coroa portuguesa.



D. João IV

Na verdade, a influência castelhana havia deixado marcas profundas no tecido nacional, pela intrincada relação de interesses e ligações pessoais entre os dois lados da fronteira, sob a forma de posições, cargos e regalias conquistados por fidelidade ao anterior monarca. Muitos não estavam na disposição de perder interesses que conflituavam claramente com o novo Estado. Bem procurou D. João IV promover uma política de apaziguamento, fechando mesmo os olhos à necessidade de rectificar, como aliás seria

curial, benefícios auferidos à sombra do despotismo filipino. Mas era notória a clivagem na sociedade. Entre a nobreza havia facções distintas que se digladiavam. Em todo o caso, só a grosso modo se pode identificar uma directriz ideológica perfeitamente nítida em cada uma das várias facções, podendo, no entanto, dizer-se que os interesses e privilégios, ontem como hoje, eram o móbil da maior parte das disputas e querelas. Os comandos militares, os governos ultramarinos, os cargos diplomáticos, etc., eram disputados e ninguém queria perder. Mas se quisermos identificar duas tendências ideológicas, podemos dizer que uma seria representada pelos fidalgos mais antigos, que conservavam da monarquia uma ideia tradicional, e outra seria representada pela geração mais nova da nobreza, mais simpatizante com a monarquia absoluta. E naturalmente havia os que se mantiveram fiéis a Filipe IV e desejavam a união das duas coroas.

A ACÇÃO DIPLOMÁTICA

A organização conspirativa que desencadeou o golpe palaciano sabia que podia contar, de antemão e em todas as circunstâncias, com a adesão das massas populares, que à luz dos tempos actuais seria considerado o mais inequívoco selo de legitimidade da soberania reconquistada, pelo legado posterior de filósofos iluministas como Voltaire, John Locke, Montesquieu, Diderot e Rousseau. Na sequência do acontecimento revolucionário, o direito encarregar-se-ia, no entanto, de defender a legitimidade da nova dinastia. A mais importante tese jurídica procurou demonstrar que Filipe II de Espanha tinha usurpado a coroa portuguesa, visto que ela devia ter pertencido à D. Catarina de Bragança, neta de D. Manuel, por ser filha do infante D. Duarte. Daí entender-se como legítima a recuperação do trono pelo oitavo duque de Bragança, tanto mais que representante da mais antiga casa senhorial portuguesa.



Filipe III de Portugal e IV de Espanha

Se no plano interno era necessário impor sem margem para contestação a nova autoridade do Estado, desarmando os argumentos dos que, de forma dissimulada, se opunham a D. João IV, no plano externourgia uma dinâmica e proficiente acção diplomática para o reconhecimento do monarca perante as potências europeias e para o estabelecimento de acordos comerciais e de cooperação.

E é sob a pressão desta realidade que D. João IV empreende uma concertada acção diplomática dirigida principalmente à Santa Sé, à França, à Inglaterra e aos Países Baixos. Foi notável a acção das várias missões diplomáticas, contando D. João IV com

embaixadores e agentes da diplomacia de elevada craveira. Firmaram-se acordos com a Catalunha, com a França, com a Inglaterra e mesmo com a Holanda, apesar da ocupação flamenga de uma parte do Brasil.²

Com a Santa Sé foi tudo mais difícil. O Papa sentia constrangida a sua liberdade de acção, mercê do poderio e da influência da Espanha, cujas pretensões conflituavam com a aspiração de Portugal à sua independência. Não foi em vão que Filipe IV alardeou pelas cortes europeias que a coroa portuguesa fora usurpada pelo duque de Bragança. Envolvido em guerra com a França, a pressão diplomática era um meio que o monarca espanhol tentava também explorar para conseguir atingir os seus fins com os menores custos possíveis, já que mesmo uma poderosa potência tinha dificuldades em envolver-se em várias guerras ao mesmo tempo.

Como se não chegasse, as relações entre Portugal e a Igreja eram também dificultadas por outras questões, nomeadamente o diferendo que se instalou desde 1616 com a disputa do espólio dos religiosos mortos fora dos conventos e que a Santa Sé entendia dever pertencer à Igreja.

Pedro Soares Martinez dilucida:

A situação da Europa em 1640 permite definir as coordenadas da diplomacia da Restauração. Portugal restaurado tinha de apoiar-se nos inimigos da Espanha – os Estados protestantes, entre os quais a Holanda e a França. A tarefa imposta a Portugal não era fácil, e havia de situar muitas vezes os portugueses perante situações dramáticas, a que não foram alheias a conspiração do arcebispo de Braga, do marquês de Vila Real e do duque de Caminha, nem a condenação à morte de Francisco Lucena, secretário de estado de D. João IV e de muitos outros [...] Portugal assentara sempre a sua política externa, desde a Fundação, no poder do Papado, que não entendia, nem reconhecia, a Restauração de Portugal, olhada como mais um factor de enfraquecimento do Catolicismo. (Martinez, 1986, p. 140).

A par disso, e não menos grave para a Restauração, a Inquisição perseguia sem tréguas os cristãos-novos que eram suspeitos de persistirem na prática do judaísmo, do que resultavam frequentes condenações com confiscação de bens para a Igreja, que atingiam valores avultados quando eram alvos de processo comerciantes e mercadores abastados. Só uma visão pueril da realidade nos inibe de relacionar a acção da famigerada Inquisição com o propósito deliberado de atingir cidadãos cuja condenação era à partida uma garantida fonte de receita para os cofres da Igreja. Como a classe dos comerciantes e mercadores era indispensável para o funcionamento da economia do país, ela gozou, no regime filipino, de protecção régia contra as ameaças inquisitoriais. Ora, D. João IV tinha boas relações com o mundo dos negócios e bem precisava de se socorrer da sua participação na Restauração, uma vez que era imperioso financiar as compras destinadas à reorganização militar e só a burguesia mercantil estava em condições de caucionar as encomendas do Estado, adiantando-lhe o financiamento.

²D. Antão de Almada, um dos mais destacados conjurados, foi o primeiro embaixador em Londres na Restauração, na fase mais difícil da actividade diplomática.

No entanto, indiferente ao esforço nacional da Restauração, a Inquisição parecia ter como objectivo atingir os homens de grossos cabedais com que o rei contava, situação que provocou a fuga de muitos deles para o estrangeiro, sem que o rei pudesse valer mesmo àqueles que eram das suas relações pessoais. E foi assim que, por colocar em plano cimeiro o interesse nacional, D. João IV não alterou a lei dos confiscos a favor das pretensões da Inquisição. Mais fiel aos seus interesses, muitos deles “inconfessáveis”, do que à causa portuguesa, a Inquisição não compreendia o apoio dado por muitos cristãos-novos à Restauração nem o reconhecimento que o monarca lhes retribuía.

A Inquisição jogou arditamente e conforme melhor lhe convinha, entre Portugal e Espanha, revelando toda a sua complexidade como instituição focada exclusivamente em si e com claros objectivos ideológicos, económicos e sociais, como se fosse um Estado dentro de outro Estado. O que nos autoriza a concluir que, ao ignorar os limites do poder espiritual, promiscuando-o com o poder temporal, a Inquisição constituiu-se num verdadeiro empecilho ao esforço de uma nação que lutava pela consolidação da sua independência. De resto, a longa presença do Tribunal do Santo Ofício em Portugal impediu que no país pudessem realizar-se tempestivamente as transformações sociais, políticas e mentais que ocorreram noutros lugares onde havia tolerância e pluralismo religioso. E não será exagero admitir que, apesar de extinta em 1821, ainda persistem na alma portuguesa alguns dos vestígios desta instituição, espécie de atavismo que nos agarra a medos imaginários e nos tolhe o espírito, impedindo-o de uma libertação total.

Tantas foram as dificuldades nas relações diplomáticas com a Santa Sé, devidas à influência espúria da Inquisição, que o processo se arrastou, enovelado, por mais de 30 anos, só vindo a normalizar-se depois do acordo de paz entre Portugal e Espanha e sob o pontificado de Clemente IX. Este e outros factos que influenciaram a intensa diplomacia portuguesa durante a Restauração terão servido para obrigar Portugal a uma “revisão completa da sua tomada de posição colectiva nos quadros mundiais”. (Martinez, 1986, p. 156).



D. Francisco de Castro (1574 – 1653), o Inquisidor-Geral do Santo Ofício quando D. João IV subiu ao trono e empreendeu a Restauração do país.

Fim da 1.^a Parte